

INTERESSADO : JAYME DA COSTA AGUIAR JÚNIOR
 ASSUNTO : Pedido de equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem da Escola SENAI "Roberto Simonsen"
 RELATOR : João Baptista Salles da Silva
 PARECER Nº 654/75, CPG, Aprov. em 29/janeiro/75
 Com. ao Pleno
 em 05/03/75
 (Proc. 0228/75)

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO

1.1 Jayme da Costa Aguiar Júnior, filho de Jayme da Costa Aguiar e de Amélia Guedes Aguiar, nascido em São Paulo, a 19 de junho de 1952, domiciliado e residente na Rua Juvenil, nº 3, em São Paulo, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Roberto Simonsen", solicita pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular de segundo grau.

1.2 É o seguinte o histórico escolar do requerente:

1.21 curso primário, com 4 (quatro) séries, em escola do Serviço Social da Indústria (SESI);

1.2.2 curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 4 (quatro) "graus" na Escola SENAI "Roberto Simonsen", desta Capital, onde estudou: Língua Portuguesa, Matemática, Desenho, Desenho de Eletricidade, Ciências Físicas e Biológicas, Ciências Sociais (incluindo Geografia do Brasil e História do Brasil), Tecnologia, Educação Física e Prática Profissional.

1.2.3 Em 20/12/1969 recebeu o Certificado de Aprendizagem como Mecânico Eletricista.

1.3 A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE - nº 19/65.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau-de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5 O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 O requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de quatro "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de quatro "termos", ou ainda, de quatro "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo único do Artigo 12, Deliberação CEE -nº 14/73, isto é, 720 horas (2880 : 4 séries = 720 horas/aula, por série).

2.7 O elenco de matérias do currículo do curso que o interessado realizou e equivalente ao previsto pela Resolução CFE-nº 8/71.

2.8 Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Jayme da Costa Aguiar Júnior no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Roberto Simonsen", da Capital, como equivalentes aos cumpridos na oitava série, podendo, portanto, autorizar-se sua matrícula na primeira série do ensino do segundo grau.

Sem prejuízo para a continuidade de seus estudos o interessado deverá submeter-se a exames especiais de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, História Geral e Geografia Geral.

São Paulo, 29 de janeiro de 1975

a) Consº João Baptista Salles da Silva - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: Henrique Gamba, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Maria da Imaculada Leme Monteiro, José Conceição Paixão e João Baptista Salles da Silva.

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 1975

a) Consª. Maria de Lorde M. Haidar - Presidente